

Espírito corporativo inspira Constituinte

SÍLVIA CAETANO

Alianças as mais inesperadas, entre lideranças de trabalhadores e patronais, outras nem tão surpreendentes, unificando parlamentares de esquerda, empresários brasileiros e militares, mas todas obedecendo a uma lógica impecável, foram responsáveis por importantes decisões na Constituinte. No caso dos dirigentes sindicais, houve congregar inusitado para a manutenção de parte da estrutura cartorial da representação classista, copiada da Carta de Lavoro, da Itália.

O espírito corporativista pairou sobre a Assembleia Constituinte desde a instalação dos seus trabalhos, contagiando o debate de questões variadas. Influenciou não somente a manutenção da unicidade e do imposto sindicais, na nacionalização dos recursos minerais, na definição de empresa nacional, como para a organização do Poder Judiciário. Corporações menos numerosas, mas nem por isso menos atuantes, como a dos tabeliães, também conquistaram prerrogativas. Outras não obtiveram êxito, como ocorreu com algumas categorias sociais e profissionais que reivindicaram tratamento especial ou privilégios, dos quais a aposentadoria especial é apenas um exemplo.

A manutenção de um único sindicato por categoria profissional e do imposto sindical pelos constituintes decorreu de bem articulado lobby de trabalhadores e patrões, o mesmo que continua impedindo o cumprimento, no País, da Resolução 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), consagrada da livre organização dos sindicatos. Autor de uma proposta derrotada que estabelecia a pluralidade sindical, o senador gaúcho Carlos Chiarelli (PFL) assegura que essas decisões tornam o Brasil um país singular, o único a vedar o pleno exercício sindical, "que se realiza pela liberdade de filiação, de organização e de autogestão". Na opinião do senador, a convergência de interesses entre líderes trabalhistas e patronais visou a "perpetuação do poder através da preservação de uma estrutura que não permite a renovação de dirigentes sindicais".

Nos dias que antecederam a votação da matéria, os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco (PMDB-SE), da Confederação Nacional do Comércio, Antônio Santos, e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, foram vistos em longas confabulações com representantes dos trabalhadores, todos partidários da unicidade sindical. Acusado de corporativista, Albano Franco defende-se alegando ter-se limitado a defender reivindicações da categoria que representa. A explicação tem lógica. Afinal, é com os recursos provenientes da cobrança do Imposto Sindical que são mantidas entidades como Senai, Sesi, Senac e Sesc, instrumentos de poder para seus dirigentes.

A frustrada luta pela pluralidade sindical acabou juntando na mesma trincheira parlamentares ideologicamente antagônicos, como os integrantes do PT e o deputado Afif Domingos (PL-SP), passando pelo liberal Chiarelli.

NACIONALIZAÇÃO

A votação do primeiro capítulo da ordem econômica, que trata dos seus princípios gerais, resultou numa aliança que a muitos surpreendeu. Partidários da nacionalização dos recursos minerais e de uma definição de empresa nacional que assegure o controle da sua exploração pelo País, as esquerdas não hesitaram em buscar apoio dos militares. As conversas foram longas e delicadas, pois o Conselho de Segurança Nacional, cujo secretário é o ministro-chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denys, não quis pronunciar-se oficialmente a favor da iniciativa, embora não escondesse sua posição favorável.

Parlamentares de legendas diferentes organizaram-se em grupos para um circuito de visitas aos chefes militares, e o deputado comunista Fernando Santana (PCB-BA) terá muito a contar sobre lances pitorescos provocados pela sua habitual, mas sempre gentil, irreverência. Ele chegou a arrancar gargalhadas do ministro Moreira Lima com sua defesa exaltada da nacionalização do setor mineral, empregando expressões pouco comuns nesse tipo de contato.

Reuniões entre constituintes e militares nacionalistas se sucederam ao longo da discussão da matéria. O senador Severo Gomes (PMDB-SP) e o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) foram pessoalmente ao Conselho de Segurança Nacional expor suas teses nacionalizantes. Não somente encontraram receptividade, como foram advertidos para

a "timidez" da definição de empresa nacional contida no anteprojeto da comissão de sistematização que defendiam.

O relator-auxiliar Adolfo Oliveira (PL-RJ), com trânsito no conselho, foi elemento importante em favor das mesmas posições, garantindo o apoio de numerosos oficiais. No seu gabinete, por exemplo, o comandante Wolstein, da Marinha, se reuniu para discutir uma estratégia comum com as esquerdas. Descrentes quanto à aprovação de um conceito de empresa nacional protetor dos interesses do País, os deputados Virgildáso de Senna (PMDB-BA) e Eydio Ferreira Lima (PMDB-PE) chegaram a propor sua eliminação da Carta, o que não se mostrou necessário em função da triplíce aliança.

Defensores da abertura do setor mineral ao capital estrangeiro, líderes do Centrão admitem que as pressões do empresariado nacional com interesse na mineração e na petroquímica foram decisivas para sua derrota na Constituinte. Os grupos Parapanema e Votorantim, este através do líder do PTB, deputado Gasthone Righi, que vota com os conservadores, trabalharam contra a emenda do Centrão. Na Bahia, seis representantes do bloco mudaram seu voto graças à interferência da Construtora Norberto Odebrecht, verificando-se surpresas semelhantes em outros estados, como em Minas Gerais. Tudo em função do trabalho de empresários brasileiros, que se sentiam prejudicados pela proposta do grupo suprapartidário. Na verdade, o Centrão mostrou-se sempre dividido com relação ao assunto, apresentando-se desde o início da Constituinte com um perfil antiestatizante, mas predominantemente nacionalista.

Um conhecido e inseparável trio de deputados do PFL, "moderno", Alcei Guerra (PR), Saulo Queiroz (MS) e Jayme Santana (MA), foi momentaneamente desfeito por causa do debate sobre a nacionalização. Jayme Santana, político maranhense que já freqüentou a intimidade do Palácio do Planalto, desculpou-se aos amigos avisando que iria "traí-los" na votação da matéria, pois como nacionalista intransigente não poderia apoiar a emenda do Centrão. Mas tudo se passou com muito bom humor e, encerrada a polêmica, os três já podiam ser vistos novamente juntos no fundo do Plenário, seu local preferido, articulando estratégias comuns.

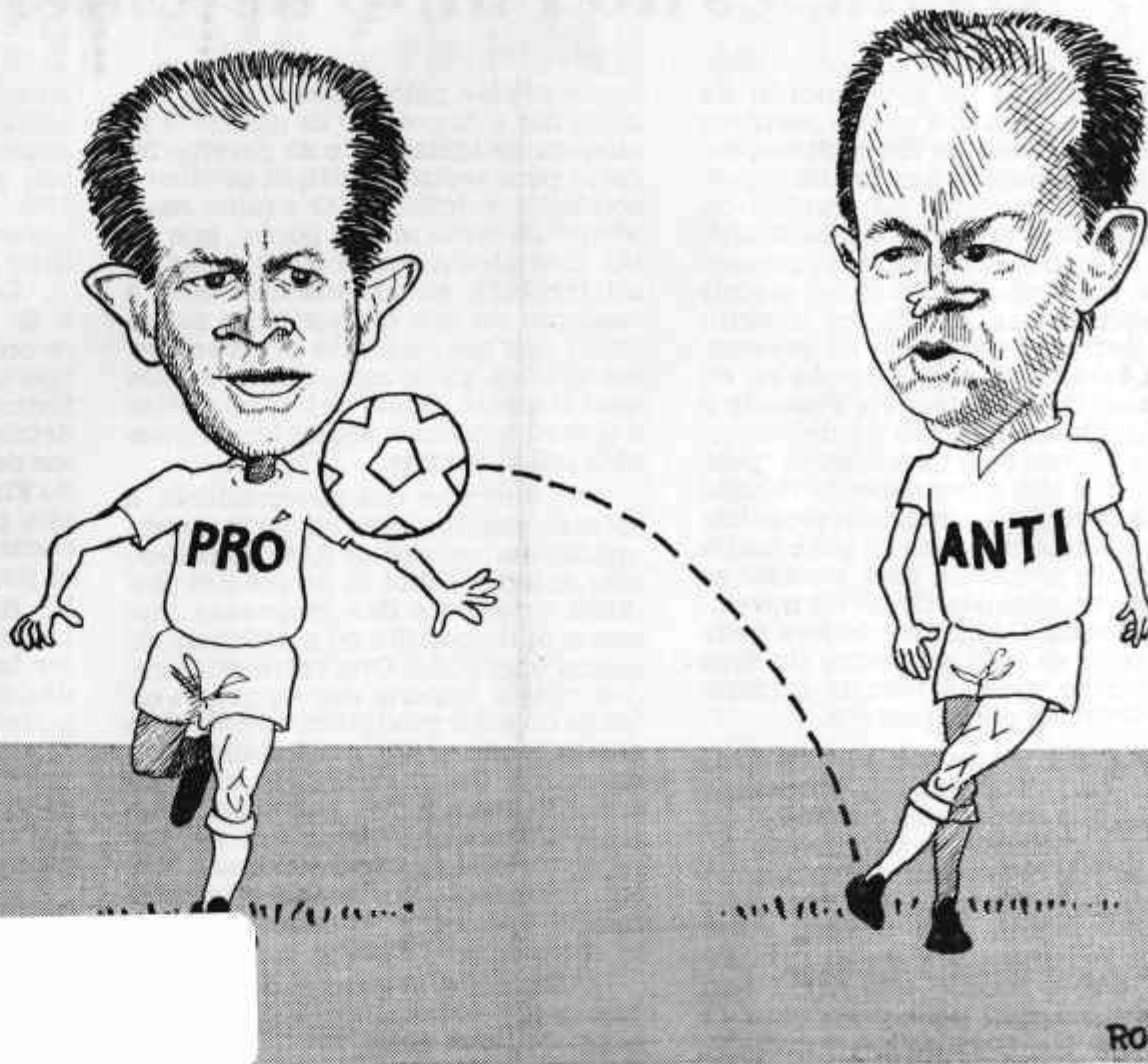
DESCRENÇA

Na análise do que ocorre nas votações, constituintes verificam ainda excesso de reivindicações corporativistas, ou de tratamento especial e privilégios para grupos e categorias sociais e econômicos específicos. Os delegados de polícia, por exemplo, foram malsucedidos em sua tentativa de impedir a interferência do Ministério Público nos inquéritos policiais. Também a Polícia Rodoviária não conseguiu nivelar-se à Polícia Federal. Os homossexuais, através de suas entidades representativas, como o Triângulo Rosa, também não foram atendidos com relação ao problema da discriminação que sofrem. A Constituinte rejeitou emenda que vedava sua ocorrência em função da orientação sexual das pessoas.

Foi o Poder Judiciário, porém, e não as lideranças sindicais e do empresariado nacional, que conseguiu fazer aprovar a maioria das propostas da categoria. Nem por isso, porém, deixaram de sofrer frustrações. Se conseguiu barrar a criação do Conselho Nacional de Justiça, o Judiciário amargou o esvaziamento do Supremo Tribunal Federal, que perderá poderes para o Tribunal Superior de Justiça, enquanto a magistratura perderá seu privilégio fiscal e, a partir da promulgação da nova Carta, será obrigada a pagar Imposto de Renda. Os advogados revelaram tal organização e poder de pressão sobre os constituintes que conseguiram aprovar um dispositivo reconhecendo sua atividade como de interesse da sociedade. Os índios também foram atendidos e, a partir da futura Constituição, suas terras só poderão ser exploradas com autorização do Congresso. Além de tratamento especial pela União, os índios conseguiram a promessa constitucional de que suas reservas serão demarcadas.

Os setores da informática e da tecnologia de ponta funcionaram como poderoso lobby, beneficiando-se não apenas com a adoção da reserva de mercado, mas com a definição de empresa nacional que lhes assegure preferência nas compras do governo. Com os microempresários ocorreu o mesmo, eles conseguiram inscrever na Carta o princípio do tratamento tributário, previdenciário e administrativo diferenciado.

Brasília/Agência Estado



Albano se destaca pelo erro

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), destacou-se na Constituinte graças a um equívoco. Chegando atrasado à votação do Capítulo da Ordem Econômica, na Comissão de Sistematização, ele acabou ajudando a aprovar a emenda do deputado comunista Fernando Santana, que nacionalizava a distribuição dos derivados de petróleo. Submetido a duras críticas e pressões, o senador resolveu apressar-se na apresentação de emendas ao anteprojeto de Carta da Sistematização, protocolando sob o número em sua proposta, vedando a nacionalização do setor.

De uma família de nove irmãos, Albano Franco tomou contato com

a política estudantil quando estudava Direito em Sergipe, antes do golpe militar de 1964. Conquistou um mandato de deputado estadual pela antiga Arena, em 1970, mas acabou ficando 12 anos fora da política, dedicado aos negócios, enquanto seu pai, Augusto Franco, era eleito governador do Estado.

Fala macia e de trato ameno, 46 anos, casado, dois filhos, Albano Franco foi eleito em 1970 presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar de Sergipe, adquirindo gosto pela liderança empresarial. Desde então, foi durante nove anos vice-presidente da Federação da Indústria de Sergipe, tornando-se presidente da CNI em 1980, como candidato de consenso. Seu mandato termina em outubro do próximo ano, mas ele não parece interessado em deixar o cargo, onde garante jamais ter recebido favores empresariais do presidente Sarney.

Depois da votação do sistema de governo e do mandato do futuro presidente da República, Albano Franco ocupou a tribuna para criticar o governo, aconselhando o presidente José Sarney a parar com lamentos e começar a trabalhar. Como não recebeu resposta às reivindicações da categoria que representa, prepara-se para discursar novamente na mesma linha, criticando Sarney e sua administração.

Mas ninguém se iluda com essa sua atitude. Albano Franco votou a favor dos cinco anos para Sarney na Comissão de Sistematização e pretende ratificar a posição durante o exame das disposições transitórias da futura Carta. O curioso é que ele justifica seu voto na Constituinte invocando a "viabilidade" do atual governo, justamente o que ele nega quando ocupa a tribuna do Senado.

Lucena nega o revanchismo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Não há espírito de vingança ou revanchismo nem votação premeditada na Constituinte. Cada um vota de acordo com sua consciência ou orientação partidária." A observação é do presidente do Senado, Humberto Lucena, diante da afirmativa do deputado José Genoíno (PT-SP) de que a limitação dos juros em 12% ao ano foi uma vingança dos grupos nacionalistas e de esquerda contra a derrota da proposta de desapropriação de terras produtivas que não cumpram sua função social.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do Centrão, acha que essa e outras votações podem ter adquirido caráter emocional devido ao conteúdo polêmico e, no caso, ao fato de haver inegavelmente uma antipatia generalizada contra os banqueiros e

as taxas exorbitantes, cobradas nas diversas operações financeiras. "Há pouco, um deputado foi tomar empréstimo bancário de Cz\$ 500 mil e já recebeu, para pagamento, uma duplicata no valor de Cz\$ 800 mil", comentou Cardoso Alves. "Mas não é caso de vingança ou descontar uma derrota; isso não acontece aqui", acrescentou.

"Pode haver alguns casos isolados, e até pessoais, como em relação a Ronaldo Cezar Coelho, mas não acredito em deliberada tentativa de vingança", disse o deputado Jorge Hage (PMDB-BA), enquanto o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) ironizava: "Pode ser uma alternativa do Genoíno, mas não é isso que está acontecendo".

Para o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), a avaliação é incorreta, pois não há na Constituinte grupos interessados em votar como se o voto fosse uma desforra de derrotas sofridas em outras pro-

postas. Se assim fosse, segundo ele, a futura Carta seria conduzida pela emoção e o irracionalismo. "Acontece que, às vezes, sucedem a emendas conservadoras alguns surtos que eu chamaria de arrotos progressistas, como foi o caso da limitação dos juros", observou o deputado pernambucano.

Segundo o senador Ronan Tito, "são casos de emocionalismo, não de pretensa vingança ou premeditação". Desenvolvendo o raciocínio, o senador mineiro acrescentou que esse tipo de comportamento não existiu em etapas anteriores da Constituinte, "quando os debates sobre a ordem econômica e social eram mais acalorados e havia torcidas".

E o deputado Jorge Hage retomou: "Condição a limitação dos juros à realização da reforma agrária, da forma que desejávamos, não faz sentido, pois tal comportamento acabaria por desvirtuar os trabalhos da Constituinte".

Centrão e Mailson, a salvação

SÉRGIO CARDOSO DE ALMEIDA

Alvissaras ao Centrão que nos salvou da fúria arrasadora da esquerda, que na Constituinte queria liquidar a nossa empresa rural.

Coube a Alysson Paulinelli, o verdadeiro incentivador da nossa moderna agricultura, apresentar a emenda definitiva para anular a condenação da propriedade produtiva.

Certamente a votação do último dia 10, na Constituinte, é histórica e demonstra a repulsa do bom senso contra a ameaça de fome e miséria que viria, caso Mário Covas e seus liderados tivessem vencido.

A Nova República dirigida por um presidente indeciso e obediente às exigências esquerdizantes do PMDB, tanto na questão da dívida externa como nas da reser-

va de mercado e da política contrária à propriedade e à livre empresa, junto a um empreguismo nunca visto, já nos atrasou 30 anos, nos seus três anos de governo.

Quando se esvaía a esperança na área da agricultura, eis que veio a salvação na hora decisiva. Junto a essa vitória, que nos devolve a confiança na democracia, temos a surpresa do surgimento, qual Phênix, inesperado, do grande brasileiro Mailson da Nóbrega. De há muito não se via no País um homem público corajoso, competente, seguro e patriota como o atual ministro da Fazenda. Não tem medo das caretas de Mário Covas e de sua turma, toma decisões francas sem compromisso com quaisquer grupos, e mostra-se resolido a salvar o País do caos,

que o embaixador do Japão assegurou.

Se o presidente José Sarney, numa derradeira oportunidade, der carta branca a Mailson e apoiar-se no Centrão, conseguindo seriedade de propósitos dos que querem um país livre, democrático e moderno, alijando de vez a esquerda incompetente e inflacionária de Mário Covas, o Brasil renascerá do caos apontado pelo embaixador japonês.

Presidente, lembre-se que Mário Covas, quando líder do MDB, levou o País ao desespero do AI-5. Com o Centrão e Mailson, a democracia estará salva, sem eles, não sairemos do caos e estaremos, de novo, ameaçados por um AI-5 bem mais reforçado.

Sérgio Cardoso de Almeida é ex-deputado pelo PDS de São Paulo